

António José Saraiva e o Maio de 68: *Um Novo Paradigma?*

Tiago Rego Ramalho

1. Uma crise de civilização?

O marxismo ortodoxo de António José Saraiva faz-se sentir na vida do mesmo entre o ano de 1944, assinalando a sua entrada no Partido Comunista Português, e sensivelmente, o primeiro quartel da década de 1960, quando já se encontrava a residir em Paris. O prenúncio de mudança, patenteado por mudanças incontestáveis na Sociedade, era algo pressentido ainda no final da década de 50. O ainda militante comunista António José Saraiva, no último ano da década de 50, após a sua mudança para Paris, alertava para o crescendo de uma massa estudantil, os novos hábitos que essa massificação/crescimento acarretava e as formas de lidar com este processo irreversível. Embora identifique os pressupostos da mudança, não deixa de manifestar a descrença perante esta novidade: “*A meu ver o que falta aos atuais expoentes da nouvelle vague é um conteúdo verdadeiramente revolucionário¹. Eles não passam de manifestação mais recente da grande tradição burguesa da França*” (Saraiva, 2004).

A cisão com o Comunismo burocrático e institucionalizado, sob a tutela da máquina soviética, começa a ser digerida em meados da década de 1960, permitindo a António José Saraiva de uma outra realidade como aquela que se faz sentir nos meios parisienses. Na realidade, a ortodoxia marxista que se impunha na essência dos Partidos Comunistas obstaculizava a uma visão que transcendesse o dominante modelo Ocidental e Burguês. As propostas dos mesmos resumiam-se a um reformismo institucional, permanecendo o sistema burguês intocável na sua forma, alterando-se somente as relações de produção existentes no seu seio. A crítica do objetivismo e

¹ Veremos em António José Saraiva, quando do despoletar dos acontecimentos do Maio de 68, a defesa intransigente do movimento estudantil como novo sujeito histórico, ator político e social, materializando-se como autêntico “motor da história”.

cientificismo marxiano estaria prestes a irromper na obra do autor. No ano 1965, na sua habitual comunicação epistolográfica o autor afirmaria: “*o que me parece é que o PC francês, apesar do seu poder efetivo, não conseguiu formar uma mentalidade, uma visão do mundo, um ideal radicalmente diferente do modelo burguês*” (Rodrigues, 2011: 105). As Sociedades Capitalistas Industriais sofriam mutações e evoluções, sendo que o autor começaria a vislumbrar o incremento de uma “Sociedade de Consumo”, a alienação nos sujeitos institucionalizados, a emergência de novos atores reivindicativos que se posicionavam à margem do Sistema (Estudantes ou Intelectuais) e ainda a questão cultural como fator dominante para entender o desbloqueio das Sociedades. No ano que imediatamente antecede Maio de 68, os prenúncios de uma juventude marginalizada pelo sistema, contestatária perante os arcaísmos que imperavam nas sociedades Capitalistas, era uma realidade à escala internacional. António José Saraiva, em carta ao seu eterno amigo e companheiro Óscar Lopes, defendia o seguinte: “*É a revolta dos jovens. Em toda a parte, desde Varsóvia a Madrid, e de Roma a Nova Iorque. Em toda a parte “civilizada”. [...] Os jovens recusam o mundo dos adultos seja ele socialista ou capitalista, no espírito e na forma*” (Neves, 2004: 175).

Chegamos a Maio de 68 e sensivelmente entre as datas de 3 de Maio de 1968 e 30 de Junho de 1968, a França, um dos bastiões do capitalismo mundial, depara-se com uma crise universitária/estudantil, uma crise social e uma crise política². A velha teoria da luta de classes assente em postulados como a verdade de classe, visão objetiva da história, dialéctica na relação de forças entre sujeitos do mesmo Sistema, começa a ser interrogada pelos acontecimentos da *praxis* política, onde Maio de 68 representa a entrada de novos elementos que tendem a desmistificar uma determinada visão histórica que assenta em axiomas ditos “científicos”. Para além de António José Saraiva, outros intelectuais como Patrick Rotman, Fernando Pereira Marques ou Edgar Morin presenciaram este momento histórico, único e autêntico num Mundo Capitalista que aparentemente se encontrava estável e ordeiro. É inquestionável o papel assumido pelo movimento estudantil na detonação dos acontecimentos de Maio de 68, não obstante determinadas franjas da classe operária terem vindo, após 13 de Maio, a assumir um papel preponderante: “*em Maio de 68 o ator histórico é a juventude escolarizada – e,*

² A periodização destes momentos conturbados, embora possa ser compreendida sob um modelo escatológico, não deixaria de se cruzar entre si e manifestarem-se simultaneamente. O fator detonador, a insubordinação da Juventude, pode ser compreendido em três planos: uma via libertária de cariz anti-autoritário; uma variante hedonista, ambicionando a emancipação perante os constrangimentos Morais; por último, uma visão utopista do futuro, preenchida por uma ambição progressista.

por capilaridade, a juventude em geral, que desempenha durante alguns dias o papel de uma vanguarda substituta” (Rotman, 2009: 126). Duas ilações podem ser retiradas destes fenómenos: (1) a revolta, as insurreições, não partem de um classe majoritária e homogénea, mas sim de uma minoria heterogénea; (2) as movimentações não surgem no âmago do sistema capitalista, dando-se antes por intermédio de forças “não integradas”. O movimento estudantil, nas suas mais diversas tendências e pretensões, chegando mesmo a ser aclamado “Partido da Juventude”, designadamente por Edgar Morin, é a grande interrogação ao modelo clássico de antagonismo entre proletariado e burguesia. É a ideia dos novos atores sociais, alicerçada ao conceito de autonomia, que granjeia apoiadores: Estudantes, Intelectuais ou os Negros. A luta dos estudantes (vanguarda estudantil), inicialmente despoletada contra os alicerces obsoletos do mundo universitário, transformar-lhos-ia em vanguarda revolucionária de todo o espectro social? (Cf. Morin et al, 1969: 27).

Como anteriormente havia sido avançado, a revolta dos jovens não impossibilitou a criação de um laço solidário com outros grupos sociais, nomeadamente os operários politizados e consciencializados. António José Saraiva passaria a identificar os agentes reivindicativos na França tumultuosa: “*Há, desta forma, dois movimentos: o da contestação espiritual da sociedade tecnocrática – que é o dos jovens de cultura mais avançada; e o que pretende uma participação maior nos benefícios da mesma sociedade, que é o dos operários*” (Saraiva 1970: 55-56). No decurso dos acontecimentos, após a agudização das tensões e da mediatização dos mesmos, a transversalidade inter-grupal afirma-se no seio da Sociedade Francesa. Esta fase reflete o período de “revolução sem rosto”, onde as tendência corporativistas e sectárias devem ser inferiorizadas perante as necessidades e vontades do todo social em caminhar rumo a um outro nível societário. Se a luta social e a contestação haviam tido início em determinadas facções do movimento estudantil universitário, insubordinando-se contra a rigidez e as estruturas hierárquicas que predominavam no ensino universitário, Maio de 68 alargar-se-ia a todo o espectro social onde a necessidade de mudança imperava como palavra de ordem (Cf. Morin et al, 1969: 32). A visão do intelectual português aqui em análise é de uma recusa veemente em enquadrar estes fenómenos no modelo explicativo clássico da ortodoxia marxista. Assim, problematizando Maio de 68 como um problema civilizacional, as questões culturais tornam-se prementes no entendimento dos fatos ocorridos. Relativamente às causas estruturais que precipitaram os eventos, António José Saraiva comentará que “*o começo disto (Maio de 68) foi absolutamente*

inesperado. Não havia agitação operária” (Neves 2004: 179). Os “dirigentes” da classe operária, pretendendo modificar apenas as relações de produção, a perpetuação integral do sistema existente manter-se-ia tal e qual como era conhecido nas sociedades industriais. Deste modo, a contestação à génese/princípios do sistema encontra ecos em grupos marginais como os intelectuais, os estudantes ou as minorias raciais, devido a uma falta de integração no sistema por parte dos mesmos³.

A Revolução Cultural, tal como o intelectual português a conceberia, apresenta-se como o dado de maior relevância que se pode extrair dos acontecimentos ocorridos em Maio de 68. Assim, “*A revolução cultural é antes de mais a insurreição da espontaneidade juvenil contra as instituições, os hábitos, os compartimentos e a imposição mecânica*” (Saraiva, 1970: 72). O conceito de cultura, considerado na vulgata marxista como uma supraestrutura que assume um papel secundário imposto pela infraestrutura Economia, baralhando as “certezas científicas” do marxismo ortodoxo, revelou-se capaz de provocar um terremoto numa sociedade capitalista de referência. Maio de 68 é a prova viva que uma revolução cultural pode ser operada, perante e no seio, de uma sociedade industrial avançada. Embora seja de esperar que as movimentações contestatárias nas sociedades de classe sejam protagonizadas pelas maiorias, supostamente fragilizadas, a verdade é que “*a revolução foi obra de uma minoria atuante, que durante mais de um mês penalizou a maioria. Só as minorias fazem as revoluções*” (Neves, 2004: 181). O materialismo assente na crença do progresso imensurável da vida humana é ultrapassado por um idealismo espiritualista, que tende a acreditar que as mudanças passam por uma minoria esclarecida. O vetor económico circunscreve a vida humana a uma análise assente nas condições materiais, negligenciando outros elementos da vida em sociedade. Esta metamorfose “espiritual”, imbuída por uma aspiração de mutações culturais, teve na juventude o seu grande inspirador. Fernando Pereira Marques, tal como António José Saraiva, pensa numa materialização que se restringe a um corpo de estudantes. A passagem da adolescência para a vida adulta, resulta necessariamente num desprendimento profissional e reduzida integração nos valores dominantes, ou seja, a alienação não perfura a mente dos jovens, viabilizando-os a pensar criticamente a sociedade e os seus elementos (Marques, 2005: 157).

³ Sensivelmente após o momento de ruptura com o Partido Comunista Português, a problemática da alienação começará a figurar entre as preocupações do mesmo. O excessivo enraizamento na máquina partidária, retirando ao indivíduo autonomia e discernimento argumentativo, afigura-se como uns dos principais fenómenos alienatórios que sensibiliza António José Saraiva.

Perante as ações desencadeadas pelos jovens no Maio de 68, o Partido Comunista Francês, por via dos seus órgãos oficiais, condenaria as movimentações dos chamados “marxistas heterodoxos”. O representante “histórico” da classe operária não via no Maio de 68 uma consequência da contradição dialética operada no seio do sistema capitalista, não se enquadrando o mesmo na “cientificidade” marxista e como tal, a sua negação, deturpação e reapropriação foram evidências políticas. Com o desenrolar dos movimentos, os estudantes haveriam de tentar uma aproximação à classe operária, tentativas que majoritariamente resultaram num bloqueio orquestrado pelo PCF e chefes sindicalistas filiados na mesma ideologia (Saraiva, 1970: 76-77). As bandeiras reivindicativas extravasavam os domínios profissionais e economicistas que predominavam nas lutas laborais, introduzindo assim problemas de sociedade e pós-materialistas. Era o momento onde se discutia a vida em toda a sua plenitude e cabia aos jovens, nomeadamente aos estudantes, colocar ênfase nestes domínios. A visão deste momento histórico, por parte de António José Saraiva, torna-se elucidativa pelas seguintes palavras: “AJS, [...], *insiste, a dado passo, na importância da cultura, contrariamente às leituras ortodoxas do marxismo que tendiam a considerá-la epifenómenos determinado pela infra-estrutura económica*” (Marques, 2005: 175-176). Assiste-se a um tensão entre os marxistas vinculados ao soviétismo, que desvalorizam e menosprezam o Maio de 68 pela sua não inscrição no determinismo histórico, e os marxistas intelectuais ou românticos, que veem na espontaneidade a força da mudança e creem numa sociedade radicalmente diferente. António José Saraiva respira um socialismo romântico, crítico da Sociedade de Consumo, das formas de alienação produzidas pela “Civilização Burguesa” e da quantificação da vida humana. O autodenominado “legítimo” representante da classe operária, o PC Francês⁴, assenta a sua institucionalização no seio do parlamentarismo democrático: “*A praxis do PC não era a praxis dos estudantes. A praxis do PC era a dos tempos pacíficos da ação sindicalista e parlamentar, e isso o levou a só considerar os elementos permanentes e normais do Estado, da Economia e da Nação. A praxis dos estudantes, pelo contrário, era a da insurreição, da mudança*” (Saraiva, 1970: 96). Existe assim uma conflitualidade dialéctica entre institucionalismo ordeiro e prática subversiva: ao fim ao

⁴ De referir que o PCF, vinculado às premissas da III Internacional e URSS, nunca se afirmou como o bastião de um potencial movimento revolucionário que possibilitasse a passagem a uma ditadura de classe. O antiamericanismo gaullista e a relação cordial que era mantida entre França e URSS, tornou o PCF uma força reformista, cooperando com o sistema.

cabo, o PC queria “reformular” o Sistema, ao passo que os estudantes reivindicam uma queda do Sistema, um novo estilo de vida, uma nova estrutura social.

Como anteriormente foi referido, a juventude foi o propulsor da revolta, embora dentro do seu espectro tenham vindo a pertencer outros grupos sociais e esse fato demonstra as fragilidades que se fizeram sentir numa Sociedade Burguesa, como seria a de França. Este acontecimento não era pontual, circunscrito e motivado por um número reduzido de contestatários. Era, na realidade, o principal abalo que se havia verificado na história das Sociedades Capitalistas: *“Desta revolta da juventude contra a pirâmide hierárquica, da espontaneidade contra a rigidez, resultaram outras; e principalmente a dos assalariados contra o patronato e secundariamente, a dos trabalhadores contra as direções sindicais”* (Saraiva, 1970: 106). No desenvolvimento de Maio de 68, e atendendo ao fato que somente a idade de 21 anos permitia o voto, os jovens não se identificavam com a luta partidária, uma marca incontornável das Democracias Eleitorais. Os estudantes sentiam-se para além do sistema vigente e prova disso será que *“nenhum dos partidos organizados corresponde aos movimentos juvenis. Há um hiato entre o mundo organizado e o mundo juvenil”* (Saraiva, 1970: 138). Essencialmente, Maio de 68, representa a confrontação de dois Mundos: o Mundo institucionalizado e o Mundo marginal⁵. Partindo de António José Saraiva, podemos delinear um trajeto a realizar pelos grupos à margem do Sistema, sob forma de entender os moldes de Maio de 68: destarte, a “Sociedade Marginalizada”, por via de uma tomada de consciência, condena e nega o tradicionalismo repressivo e opressor promovido pelo Estado Capitalista e Tecnocrático, rejeitando em absoluto a Sociedade Organizada. Reafirme-se que todas as crises que se originaram na Sociedade Francesa por via do Maio de 68 ficaram a dever-se ao papel que os Jovens precipitaram como detonadores do mesmo, ultrapassando e extravasando a velha teoria da luta de classes. Os acontecimentos daí decorrentes identificam-se com uma singularidade histórica: *“Os estudantes não têm argumentos contra o fato evidente da sua própria insignificância histórica considerada à luz da teoria de classes – a não ser um: a importância que realmente tiveram nos acontecimentos de Maio de Junho”* (Saraiva, 1970: 149). As décadas de 50 e 60 do século XX haveriam de colocar os estudantes no primeiro plano da História Mundial, como nunca antes os haviam concebido.

⁵ Por um lado (Classes Produtivas, integradas no Sistema), a passividade e a alienação consomem o indivíduo; por outro (Minorias, não integradas no Sistema), o espírito crítico e a vontade de participar na vida social e política.

Em junho do mesmo ano de 1968, quando os acontecimentos ainda fervilhavam nos meios sociais gauleses, António José Saraiva fazia a sua leitura do ato eleitoral convocado por De Gaulle nos últimos dias de Maio. Dizia o mesmo que após as eleições legislativas, *“Houve muitos operários que votaram gaulista. Isto confirma que a classe operária está em grande parte integrada no sistema, fazendo bicha para a sua vez na chamada “sociedade de consumo”* (Neves, 2004: 181). Onde reside a legitimidade na Sociedade Francesa: no sublevados, no General De Gaulle ou na maioria, que por via do ato eleitoral, manifestou a intenção de um regresso à estabilidade, à ordem e à paz social? As legislativas convocadas por De Gaulle evidenciaram os seguintes sinais: uma classe operária maioritariamente integrada e conforme ao regime; as minorias, legítimos bastiões das insurreições, não chegariam a materializar os seus intentos revolucionários; a legitimidade eleitoral ultrapassa a legitimidade da auto-organização. Maio de 68 pode representar uma profunda crise no âmago da civilização burguesa ou fica-se por uma mera sublevação de grupos desordeiros, sem a provocação de grandes prejuízos no Mundo Capitalista? Até que ponto Maio de 68 pode ser retratado como uma Revolução ou simplesmente como uma revolta ou um conjunto de insurreições? António José Saraiva, não obstante o seu fascínio e o excessivo entusiasmo que transmite na narração dos acontecimentos, as suas esperanças numa revolução autêntica desvanecem-se com a aproximação do final do mês de Junho. Entendo o conceito de Revolução como uma modificação profunda nas bases da Sociedade, alternando a estrutura social e económica, Maio de 68 não pode ser interpretado como uma Revolução clássica, essencialmente, por dois motivos: (1) a curta duração do “processo revolucionário”; (2) o essencial da estrutura económica e social manteve-se, continuando a França a reger-se pelos princípios do capitalismo moderno.

A 6 Junho de 1968, António José Saraiva profetizava: *“Da insurreição vai passar-se à revolução propriamente dita”* (Saraiva, 1970: 120). Porque não se verificaria essa transição? Algumas pistas podem ser elencadas: as forças insurrecionais não estariam aptas a um controlo do Poder Central; As minorias, pela heterogeneidade ideológica, resultavam invariavelmente numa dispersão e desorganização estrutural; A grande “Classe Média” demonstrou a sua integração e alienação nas fileiras do sistema; A estratégia e a negociação evidenciaram uma aliança entre as forças políticas conformes ao sistema capitalista e os dirigentes, “representantes” da classe operária. Ainda no início do mês de Junho, António José Saraiva pensava que *“As pessoas*

pensaram acordadas o que nunca tinham sonhado. A revolução está semeada” (Saraiva, 1970: 123). Era o utopismo num amanhã diferente, mas toda a Primavera, que nos presenteia com o desabrochar de pétalas e o seu espectro colorido, termina e interrompe o seu breve momento. Com a aproximação do fim dos acontecimentos, no dia 31 de Junho, o exilado português, marcado pelo rescaldo das eleições legislativas, afirmará que *“a França não está pronta para a revolução”* (Saraiva, 1970: 142). O regresso à normalidade política e social parecia anunciado com a vitória da Direita Gaullista e a pesada derrota das forças progressistas. A França e todo o Mundo, capitalista ou socialista, comportaria as consequências de Maio de 68. A Revolução Cultural não deixava de ser uma evidência e o tradicionalismo conservador não ficaria indiferente aos acontecimentos vívidos. Em carta enviada a Óscar Lopes, em meados do ano de 1969⁶, o Historiador Português reflete a dinâmica e a singularidade de Maio de 68, em comparação a insurreições e crises relativamente estabilizadas no espaço: *“Aqui te digo sem hesitação que foi o maior acontecimento (Maio de 68) do Século XX e que as suas consequências se farão sentir ao longo no tempo. O que aconteceu em Coimbra foi um importante acontecimento histórico nacional; o Maio de Paris é um momento da história da civilização”* (Neves, 2004: 205). Sem querermos aferir as consequências e resultados futuros, herdeiros do Maio de 68, é inquestionável que ao longo dos séculos XIX e XX, marcados pelo incremento do capitalismo industrial e financeiro e de um sistema burguês de relações de produção como aquele que encontrámos na França gaullista, nunca uma sociedade assente nestes princípios havia sido fortemente abalada como a França neste curto período histórico, mas longo rescaldo posterior. De um movimento gerado nas margens do sistema, ou seja, perpetrado por minorias não integras na modelo societário, Maio de 68 foi de alguma forma resgatado pelas fileiras do sistema, partindo daí uma reestruturação dos moldes de vida e reformando-se a partir de dentro. A indiferença não se poderia ter feito sentir.

2. António José Saraiva e os seus críticos

A visão que o autor português extraiu dos acontecimentos ocorrentes em Maio de 68 haveria de ser publicada no ano de 1970, testemunhando a sua presença na

⁶ O ano de 1969 assinala em Portugal a crise académica, inspirada também no Maio de 68, embora em condições estruturalmente distintas. Era os sinais dos tempos: uma Juventude esclarecida e consciencializada, disponível a afrontar a centralidade e os alicerces de Sistemas aparentemente enraizados.

sociedade parisiense e partindo dessas vivências, reflete sobre uma mudança estrutural que se opera nas sociedades burguesas. No mesmo ano, a resposta aos seus escritos terá como principal interlocutor Álvaro Cunhal, sem esquecer os textos críticos produzidos por Pacheco Pereira ou Zeferino Coelho. A primeira problemática de fundo concerne à visão que se detém sobre as classes sociais e respectiva teoria da luta de classes. Tal como defende o pensamento de Marcuse, António José Saraiva defende que “*A classe operária – se ainda pode afirmar-se a existência de uma classe operária no capitalismo moderno – perdeu a sua consciência de classe e a consciência do papel revolucionário que durante um século reivindicou, foi integrada pelo aparelho económico e ideológico do sistema e perdeu a possibilidade de ser o detonador do processo de destruição dele*” (Moreira, 1973: 10-11). É verdadeiramente o que sucede no contexto de Maio de 68: uma classe operária integrada no sistema burguês, consumindo os valores do mesmo, alienada pela dimensão único do Mercado e seu consumismo. Estes fatores possibilitaram o aburguesamento da classe operária, onde a alienação e diretamente responsável pela inexistência ou reduzida possibilidade de tomada de consciência. Assim sendo, o agente revolucionário não pode sair de dentro do processo produtivo, ou seja, necessita de vir do seu exterior. A tese marxista da evolução histórica objetiva, fruto de uma dialética motivada pelas forças em palco, perde assim o seu carácter de “cientificidade”, por via dos efeitos produzidos nos países capitalistas industriais: classe operária manietada do ponto de vista social e ideológico, motivada pela alienação e repressão perpetradas pelo Sistema.

A observação, por parte de António José Saraiva, da dinâmica social e classista que imperava nas sociedades capitalistas lavava-o a considerar que as disparidades entre classes tendiam a ser encurtadas, formando-se assim uma “*massa única e homogénea*”. A primeira crítica de Álvaro Cunhal dirige-se precisamente a um aparente simplismo que tende a negar as diferenças e antagonismos de classe, confundindo-se ou negando-se as diferenças no seio da burguesia (Cf. Cunhal, 2013: 61-62). Um outro erro imputado ao autor estudado, repercute-se com a prática das nacionalizações: confusão entre nacionalizações capitalistas, onde se vislumbra uma estatização dos meios de produção e nacionalizações “em nome” da classe operária. Uma coisa será um plano de nacionalizações concebido pela burguesia monopolista no poder, sendo que uma realidade diametralmente distinta passará pelas nacionalizações realizadas pelo poder popular (Cf. Cunhal, 2013: 70). Ainda poderíamos acrescentar uma visão assente na “socialização” dos meios de produção, em moldes auto-organizativos, ação direta e de

base popular. Experiência que granjeará variadíssimos simpatizantes na sucessão dos acontecimentos de Maio de 68, embora o marxismo ortodoxo, por razões ideológicas, nunca tenha encarado essa possibilidade como minimamente credível. Para acentuar a dicotomia existente entre os planos de nacionalização, Álvaro Cunhal assegurava que “*As primeiras visam a acentuação do carácter antipopular do domínio dos monopólios capitalistas. As últimas constituem uma importante base para a aproximação da fase democrática e da fase socialista da revolução*” (Cunhal, 2013: 70).

Regressando ao papel dos grupos que se assumem como vanguarda revolucionária, a noção de marginalidade no sistema proposta por Marcuse encontraria dos devidos ecos no pensamento do intelectual português: “*Somente os grupos marginais, a elite privilegiada dos intelectuais e dos estudantes e a população subprivilegiada dos guetos – isto é, os únicos grupos que não têm qualquer compromisso com o sistema -, somente eles são capazes de uma visão e de uma prática negativas*” (Moreira, 1973: 16). Cunhal acusará António José Saraiva de propagar um idealismo, onde as elites devem assumir os encargos da luta política. A mudança espiritual é a base de transformação do mundo, substituindo-se ao materialismo dialético. Deste modo, somente as minorias, essas sim, portadoras de consciência político e crítica, podem assumir uma luta de reivindicação cultural. Alterar a base cultural do sistema, implicará necessariamente mudanças conjeturais. Perante isto, onde se encaixa a luta política das grandes massas trabalhadoras? António José Saraiva é alvo de pretender que o proletariado somente “*lute pelo salário, e mesmo assim, desde que não seja sob “o controle burocrático” do PCP*” (Cunhal 2013: 98-99). Herbert Marcuse, em oposição à velha teoria da luta de classes, adiantará aquilo a que podemos designar pela teoria elites-massas. Sucintamente, o pensador neo-marxista é apologista de uma ideia que se recusa a aceitar que os agentes históricos sejam definidos pela sua relação estreita com o processo produtivo. Assim, a transformação social não é originada pela contradição de classe, partindo de um posicionamento no aparelho produtivo, mas dá-se por intermédio de sujeitos estranhos, exteriores a esse mesmo processo produtivo. As mudanças não resultam de uma dinâmica gerada no interior do sistema, mas sim por um defeito de integração nesse mesmo sistema (Cf. Moreira, 1973: 21). Aqui se encontra alguns preceitos da base teórica que António José Saraiva transplantará para uma visão dos efeitos produzidos em Maio de 68, embora o conceito de massas talvez seja demasiado otimista e alagado para demonstrar processos desencadeados por minorias não integradas. Álvaro Cunhal expressará os contornos de radicalismo pequeno-burguês e

de anti-comunismo que assolam o pensamento do Historiador. Perante a defesa que recai em afirmar que a massa estudantil se apresenta como o “*motor da história*”, Cunhal é perentório em afirmar que o “*PCP sublinha incessantemente a importância e o significado do movimento dos estudantes*” (Cunhal, 2013: 121). Embora se assume esta “evidência”, nega a tese que declara a ação estudantil como agente revolucionário primordial e como classe que se substitui ao movimento operário na direção da história e da revolução, admitindo que o papel dos mesmos na luta antifascista é um elemento a ser absorvido pelo ideário socialista. Nega-se assim as teses “saraivianas”, reafirmando-se o legado do marxismo ortodoxo.

Na continuação dos anos 70, as críticas ao pensamento político de António José Saraiva continuariam persistentes. De entre muitas acusações, o autor será identificado com a defesa das teorias do “bom selvagem”, da crítica do progresso e da tecnologia, do urbano em contraponto com o rural. Segundo um dos “textos polémicos” produzido por Pacheco Pereira, a herança que António José Saraiva extrai de Marx, ou seja, a proximidade entre os dois autores, somente é concebível à luz do idealismo dialético hegeliano que Marx incorpora nos seus escritos de juventude, como são exemplos o conceito de alienação ou de humanismo marxista. A “desnaturalização do homem”, também envereda na órbita do pensador, extraído dos seus primeiros trabalhos. Por exemplo, quando José Saraiva utiliza o conceito de “capitalização da natureza”, é na realidade, uma premissa retirada da teorização do “fetichismo do dinheiro”. A crítica de Pacheco Pereira assenta no seguinte: António José Saraiva, por via de conceitos idealistas e “pseudo-marxistas”, profere uma crítica ao marxismo (Cf. Coelho 1973: 93). Nas semelhanças do marxismo com a ideologia burguesa, nomeadamente no quadro económico, Pacheco Pereira salienta o seguinte: “*AJS pensa que os termos em que Marx coloca a importância do trabalho, da racionalização económica, da técnica, são perfeitamente compatíveis com as preocupações da burguesia, embora admita não haver compatibilidades pelo menos na época histórica do século XIX*” (Coelho 1973: 94). António José Saraiva é acusado de representar o sistema burguês capitalista de um ponto de vista metafísico, onde de um lado, surge o sistema que tudo integra e por outro, os não integrados. Perante as classes e os grupos, integrados ou não, ao longo do espectro social, “*é a cultura, na sua forma nacional, um dado decisivo nessa luta pela “não-integração*”. Para Pacheco Pereira torna-se notória “*A proximidade destas posições com as teses nacionalistas*” (Coelho, 1973: 96). Uma marca cultural assinalável, a distinção entre campesinato (não-integrados) e operários (integrados), é

fundamental para entender a visão que Saraiva defende no campo das lutas nacionais. Os ganhos do socialismo, as suas vitórias, devem-se a um campesinato que sai da esteira do sistema, alinhavado culturalmente. Entre as teses aclamadas e os resultados produzidos com Maio de 68, Pacheco Pereira constata que *“a revolução de 68 não trouxe os fatos decisivos que justifiquem as teses teóricas que se defendem. O futuro revolucionário de Maio de 68 é disso a melhor prova”* (Coelho, 1973: 97).

Uma crítica de outro teor, pronunciada por Zeferino Coelho, resume-se a apontar que Saraiva, não atendendo às condições materiais dos “homens reais”, cai sistematicamente num idealismo revolucionário, concebendo as relações do homem em si, desligando-se assim da esfera social e produtiva. O idealismo de Saraiva faz-se sentir quando define a burguesia como uma mentalidade etérea, uma Ideia que domina as pessoas, ao invés de ser um conjunto de pessoas reais (Cf. Coelho, 1973: 130). É a recusa da contradição, da explicação dialética, onde o ideal absorveu, unificou e totalizou. Torna-se evidente que para António José Saraiva a vida é determinada pela consciência e não o contrário. *“Maio e a Crise da Civilização Burguesa”*, por toda a sua novidade e polémica, é veementemente repudiada pela ortodoxia marxista: *“Como contestação do marxismo “Maio e a Crise da Civilização Burguesa” não traz sequer argumentos novos, tudo já se pode ler noutros locais e muitas vezes com uma coerência mais firme. O livro de AJS é portanto mais um livro para ler atentamente e queimar. Nada mais”* (Coelho, 1973: 99).

3. António José Saraiva: a heterodoxia da inconveniência

Uma das grandes novidades apresentadas pelo pensador português assenta no seguinte argumento: A cultura deve ter um lugar de primazia no entendimento das contradições geradas no plano social; as transformações sociais engendram-se pela disparidade cultural que patenteia o espectro social, podendo nós identificar uma cultura do sistema e uma cultura antissistema. A primeira interrogação a colocar repercute-se com a dualidade cultura-economia. O autor, nunca deixando de ser dialético nas suas explicações, ao menosprezar a economia em oposição aos fatores culturais, não cai num círculo vicioso onde se torna imperceptível o momento de separação de ambos os elementos de análise? Assim, podíamos definir o conceito de cultura como uma identidade, um padrão. Pode o conceito de cultura “viver” à margem das condições materiais? Não será a cultura de um dado povo, grupo ou classe social determinada pela

matéria, relativizando-se desse modo às economias? António José Saraiva desenvolveu uma teorização que pretende distinguir Cultura e Ideias (ou Ideologia). A cultura pode ser entendida como os alicerces da vida estabelecida, a construção artificial de um povo, de uma identidade, de uma Nação ou de um grupo social. Assim, cabe à Ideologia recusar, contestar essa vida existente. Também não é menos verdade, que uma dada sociedade pode conter no seu seio, mais do que uma cultura: “cultura tradicional” ou “cultura burguesa” (Cf. Saraiva, 1980: 140). A dificuldade passará por descortinar onde se situa a fronteira entre cultura e economia. Sobrevalorizando as questões culturais e identitárias como “motor da história”, podemos ter a tentação de criar uma mística nacionalista. Ou seja, se a cultura é o costume, a regra, a norma, o Direito, rapidamente as tensões e mutações se resumem aos quadros nacionais.

A segunda problemática diz respeito áquilo que Saraiva designa pelo “Capital Impessoal”. As sociedades capitalistas, mediatizadas pelo consumismo desenfreado, esbateram as diferenças de classe, originando uma “Grande” Classe Média, onde capitalista e trabalhador braçal se encontram. Argumenta o Historiador que a única diferença reside no usufruto do lucro, mas todos são subservientes do Capital. Esta perspetiva apresenta-nos um Capital idílico, transcendente ou metafísico. O Capital poderá ter-se tornado numa máquina abrangente e avassaladora, mas o jogo e o palco social é feito de atores, intervenientes. A lógica, como Saraiva assume, é a da perda para uns e o ganho de outros, logo o Capital só pode ser personalizado. Saraiva apontava a juventude como “*um potencial transformador*”, constituindo “*uma zona de liberdade num mundo resignado*” (Saraiva, 1996: 110). Maio de 68 foi a prova viva da sua capacidade de mudança.

4. Conclusão

O carácter marcadamente inovador dos acontecimentos vívidos em Maio de 68 desafia todo um conjunto de interpretações Historicistas da vida em sociedade. António José Saraiva identificou o fenómeno como o grande acontecimento do século XX por variadíssimos motivos: Maio de 68 representa um verdadeiramente questionamento sobre as teses historicistas que tendem a conceber a História como uma linearidade disruptiva, alegando a cientificidade da mesma; o Sistema capitalista não conseguiu uniformizar as atitudes e a alienação de todos os grupos sociais; as forças não integradas no sistema são a esperança de mudança para uma sociedade profundamente manietada

pelo consumismo e pela alienação; a velha teoria da luta de classes, à luz de Maio de 68, deve ser repensada e questionada; novos agentes históricos baralham o jogo partidário e político das Sociedades Capitalistas. Motivos suficientes aqui elencados demonstram que Maio de 68 pode e deve ser estudado como o epicentro de uma tomada de consciência e levantamento contra o rumo do capitalismo moderno.

A perspectiva saraiviana de reivindicação cultural, por parte das minorias “esclarecidas” ou das forças subalternas, é um dado relevante para entender a propagação do socialismo, nomeadamente a relevância do campesinato, e a criação de verdadeiras bases para a transformação social. Falha uma delimitação do conceito de cultura, por forma a identificar os seus contornos espaciais, temporais e materiais. Os efeitos de Maio de 68 foram transplantados na sociedade francesa e mesmo no contexto internacional, embora as suas consequências se possam resumir a um reformismo gradual na pirâmide do Poder. As relações sociais, os seus hábitos, as relações laborais, o meio académico sofreram alterações de fundo e um devido desenraizamento de velhos arcaísmos, ou seja, mudanças culturais profundas vislumbrar-se-iam no seio do capitalismo, mas a revolução propriamente dita não foi concebida. As maiorias, arraigadas ao sistema, não acompanharam as solicitações das minorias revoltosas. Podemos falar de uma vitória do capitalismo e do sistema burguês, sem os devidos prejuízos verificados. A Civilização Burguesa, deste modo, vacilou, teve de reformar-se, embora não tenha ruído. A mudança de paradigma é um dado concreto no campo da teorização social, económica, cultural e política, embora os efeitos práticos não se tenham materializado. Maio de 68 é um fato histórico.

Tiago Rego Ramalho é mestrando em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Licenciado em Ciência Política.

Referências:

COELHO, Zeferino (org.). *Textos Polémicos*. Porto: J. da Cruz Santos, 1973.

CUNHAL, Álvaro. *O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*. Lisboa: Edições Avante, 2013.

GUERREIRO, Luís Ramalhosa. “António José Saraiva”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses – da Real Academia das Ciências ao Estado Novo*. http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_saraiva.htm.

MARQUES, Fernando Pereira. *A Praia sob a calçada: Maio de 68 e a Geração de 60*. Lisboa: Âncora, 2005.

MOREIRA, Vital. *Marcuse e a Teoria da Revolução*. Coimbra: [s.n.], 1973.

MORIN, Edgar, et al. *Maio de 68: Inventário de uma rebelião*. Lisboa: Moraes Editores, 1969.

NEVES, Leonor Curado (ed.). *António José Saraiva e Óscar Lopes: Correspondência*. Lisboa: Gradiva, 2004.

RODRIGUES, Ernesto (ed.). *António José Saraiva e Luísa Dacosta: Correspondência*. Lisboa: Gradiva, 2011.

ROTMAN, Patrick. *Maio de 68: explicado àqueles que o não viveram*. Lisboa: Guimarães Editores, 2009.

SARAIVA, António José. *Crónicas*. Matosinhos: Quidnovi, 2004.

SARAIVA, António José. *Dicionário Crítico*. Lisboa: Gradiva, 1996.

SARAIVA, António José. *Filhos de Saturno - Escritos sobre o tempo que passa*. Amadora: Livraria Bertrand, 1980.

SARAIVA, António José. *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.

SARAIVA, António José. *O que é a cultura*. Lisboa: Gradiva, 2003.